



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Controladoria-Geral da União

Secretaria Federal de Controle Interno

SAS - Quadra 1 - Bloco A - Ed. Darcy Ribeiro - 8º andar - Sala 820 - 70.070-905

Telefone: (61) 2020-7116 -- e-mail: stcgsuab@cgu.gov.br

Ofício-Circular nº 94 /SFC/CGU-PR

Brasília-DF, 03 de junho de 2016.

A Sua Senhoria o Senhor

MARCELO BENDER MACHADO

Reitor

Instituto Federal Sul-rio-grandense - IFSul

Rua Gonçalves Chaves, 3218 - Centro.

Pelotas - RS

CEP: 96015-560

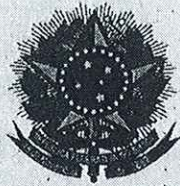
Assunto: Observância de aspectos legais e regulamentares relativos à nomeação e exoneração de Auditores Internos.

Senhor(a) Reitor,

Cumprimentando-o(a) cordialmente, informo que esta Controladoria tem observado a ocorrência de nomeações, designações, exonerações ou dispensas de **titulares de unidades de auditoria interna** de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, sem a devida observância aos requisitos contidos nos normativos que regem esses atos, especificamente no tocante à necessária aprovação prévia da Controladoria-Geral da União - CGU.

2. Referidos atos, conforme determina o § 5º do art. 15 do Decreto nº 3.591/2000, são classificados pela doutrina, em razão do fluxo que devem seguir, como "complexos", pois dependem, para a sua validação, da conjugação de vontades de mais de um órgão, tornando-se indispensável, portanto, que a exoneração ou dispensa do chefe da auditoria interna e a subsequente aprovação de novo nome indicado contem não apenas com a aprovação pelo Conselho de Administração ou órgão equivalente, mas também pela CGU.

3. Dessa forma, enfatizo o necessário cumprimento das disposições prescritas no dispositivo acima citado, bem como das exigências curriculares previstas pela Portaria CGU nº 915, de 29 de abril de 2014, que segue em anexo.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Controladoria-Geral da União

Secretaria Federal de Controle Interno

SAS - Quadra 1 - Bloco A - Ed. Darcy Ribeiro - 8º andar - 70.070-905
61 2020-7115 - www.cgu.gov.br

4. Por fim, vale registrar que os citados dispositivos aplicam-se a todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, de sorte que a necessária manifestação prévia da CGU é requisito de validade para os atos de nomeação/designação e dispensa/exoneração dos chefes de auditoria interna.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita de Francisco Eduardo de Holanda Bessa.

FRANCISCO EDUARDO DE HOLANDA BESSA
Secretário Federal de Controle Interno